

Povo, soberania e liberdade «na balança da Europa». Evocações da Patuleia

Pedro Vilas Boas Tavares*

Numa sociedade cheia de «guardas da revolução», sempre prontos a avaliarem se alguém é suficientemente antifascista, liberal ou o que quer que seja, debitando hodiernos gregarismos neo-escolásticos, é grato encontrarmos homens de princípios sólidos, pensando pela sua cabeça e sem desígnios de “fazerem a cabeça” ao próximo. Se, nesse caso, estamos perante alguém tão inteligente quanto humilde, tão sensato quanto generoso, capaz de ouvir, projetar e lutar, silenciosamente, por grandes causas de futuro, à escala da sua terra natal, do país e do género humano, então tem-se motivo sobejo para bendizer uma oportunidade infrequente e feliz... Como aquela que pessoalmente experimentamos ao conhecermos e ao reencontrarmos na Universidade Arnaldo de Pinho.

* Universidade do Porto. Membro do Grupo de Investigação Sociabilidades, Práticas e Formas de Sentimento Religioso, da Unidade de I&D (FCT) CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n 4150-564, Porto, Portugal. ptavares@letras.up.pt

O longo e extenso processo demoliberal em curso aconselha revisitação histórica. Desta feita, a ela recorreremos com a mente num título que, marcado embora pelas paixões políticas sectárias do seu tempo, transporta consigo lições permanentes. Tal como em 1830 – com Garrett –, importa perceber que o perigo nunca reside numa autêntica e aprofundada vigência do sistema representativo, mas no desarmamento moral das sociedades civis europeias, sempre prontas à incubação e forja de novos Filipes da Macedónia, tenham eles o nome que tiverem...

Hoje, quando uma globalização sem termo e regulação e uma crise económica deixam de novo o país perante fragilidades estruturais não resolvidas, importa perceber constantes históricas, redescobrir desígnios, redefinir e atualizar conceitos (particularmente conceitos estratégicos nacionais, consensualizados, de médio e longo prazo), de modo a que a «soberania da nação», certamente agora partilhada num quadro ocidental e europeu, bem como a sua liberdade, a liberdade dos portugueses, não sejam palavra vã e uma recordação de outras eras.

De resto, na história quase milenar do nosso povo, as manchas e dificuldades nesse passado coletivo são, bem vistas as coisas, mais eloquentes da sua capacidade de sobrevivência e de superação – mais épicas, em suma – do que muitas grandiloquas oitavas...

1. Patuleia: reemoldurando factos e circunstâncias

Não vamos, naturalmente, evocar detalhes factuais de uma história que, apesar de tudo o que de omisso se possa apontar, está feita.

Desmantelada por decreto e guerra civil a velha ordem do Antigo Regime português, a instauração do liberalismo e da nova ordem do capitalismo luso foi prosseguindo através de virulenta e minaz luta intestina das suas fações.

Há dias, aqui no Porto, por iniciativa da respetiva Câmara Municipal, em Sessão Solene, na Biblioteca Almeida Garrett, comemorava-se o 180.º aniversário da entrada do «exército libertador» na cidade. No momento de debate, aberto à assistência convidada, um autarca da área metropolitana queria por força que se falasse da *Convenção do Gramido*, facto quinze anos posterior, selado num importante e bem preservado imóvel, ribeirinho ao Douro, na área do seu concelho. Tratando-se, nesse caso, de um epílogo às lutas das fações liberais, e estando-se então a comemorar a entrada de D. Pedro no Porto, no início da guerra civil entre liberais e miguelistas, não parecia adequado, temática e cronologicamente, falar-se desse acontecimento, e nenhum dos distintos académicos oradores quis fazer considerações sobre tal convenção.

Até por contraste, naquela hora lembramo-nos – irresistivelmente – da propaganda republicana de finais de oitocentos e princípio do século XX, alimentando-se à saciedade, abusivamente, do paralelo *Gramido/Ultimatum*, para mostrar que, alegadamente, a monarquia liberal era uma «mentira» e que a vitória liberal de 34 assentara em premissas «liberticidas», patentes no teor daquela «capitulação» nacional¹. Mas, sendo possível e natural esta ligação, não eram efetivamente azados nem a oportunidade nem o local, e muito menos para tal tipo de elucubrações.

Não sofre de resto dúvida de que a famigerada e polémica *convenção*, que sancionou a abdicação de grande parte das reivindicações populares e setembristas, não constitui motivo para comemorações, ainda que continue a urgir renovados estudos e aprofundada reflexão.

Bateu então muito fundo a falta de sentido de estado e de apego aos valores da independência nacional que o *Tratado da Quádrupla Aliança* (22 de abril de 1834) – como espada de Dâmocles –, colocada sobre a vida política portuguesa no final da guerra civil, permitiu acentuar de forma impressionante!...

As tentativas de harmonização entre cartistas e setembristas, que se substanciaram na adoção da *Constituição de 1838*, não foram suficientes para a pacificação da família liberal portuguesa. Interesses económicos divergentes das burguesias do regime permitem entendê-lo, tanto ou mais do que as correspondentes raízes ideológicas.

Logo em 1837 a imprensa da oposição cartista refervia de imprecações contra o «desgoverno» setembrista, evocando alegada traição e esquecimento ao legado de D. Pedro: Rainha e Carta.

Assim – um mero exemplo –, na satírica *Câmara Optica*, n.º 14, Lopes de Lima, furibundo cartista que, como político, muito daria que falar e que lamentar, sobretudo enquanto governador de Timor, fazia estampar estes significativos versos, colocados na boca do «Grande Pedro»:

«Loucos que eu libertei de indignos ferros,
Que insânia vos tomou para voltardes
Ao cahos civil, aos priscos erros,
Que nem sequer sabeis remir covardes
Rasgando a Carta entre nocturnos berros
Recebestes grilhões sem hesitardes;
E hoje, que vedes tudo tão perdido,

¹ Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Projectando e justificando a “refundação republicana”: polémicas e tensões no “tribunal” da História*, «MVSEV» (IV Série, n.º 18), Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2010, pp. 176-178.

Hesitais no remédio conhecido!
 (...)

Onde estão as Reformas que fizestes?
 Que é feito dos dinheiros que cobrastes?
 Onde a riqueza, os bens, que prometestes?
 A abundância feliz que proclamastes?
 Onde o fomento que à indústria destes?
 Onde o sossego interno que afañcastes?
 De Norte a Sul só vejo violências,
 Fome, desesperação e turbulências.»

E em outras estrofes deste jaez a *sombra de D. Pedro* perguntava aos governantes setembristas se a sua economia consistia em não pagar as dívidas do Estado, em aumentar o *deficit* e outrossim em não fazer aplicar as leis do reino².

Como é notório, os governos setembristas foram-se tornando cada vez menos setembristas, até que o setembrista António Bernardo da Costa Cabral, tomado o homem forte do regime, vem ao Porto e aqui proclama de novo a *Carta*, a 27 de janeiro de 1842. O movimento foi secundado pela adesão de outras partes do país e a 10 de fevereiro um decreto declarou em vigor o texto constitucional de 26. A conspiração fora muito bem urdida, no mais completo sigilo, pelo Duque da Terceira e por Costa Cabral, respaldados confortavelmente pelas forças armadas. Como frisa Maria Manuela Tavares Ribeiro, o governo a partir de então presidido por Terceira e no qual António Bernardo Costa Cabral era ministro do reino, representava para os próprios e para os seus apoiantes o início de um período de conciliação, de «ordem» e de «progresso», mas para os setembristas, miguelistas e cartistas dissidentes o novo sistema governativo exigia a mais declarada e veemente hostilidade. Esta levou-os a uma «coalizão» estratégica de forças, a despeito das profundas divergências políticas e ideológicas³.

Mas porquê, afinal, esta aparente histeria oposicionista? Independentemente das ideias, há grandes realidades e transformações socioeconómicas que a ajudam a entender.

A matéria tem sido objeto de abundantes e judiciosas considerações. Escreveu-se, e bem, que «o cabralismo surge como catalisador de uma nova alta burguesia ligada à aceleração do liberalismo económico, à vertiginosa

² Cf. *Camara Optica com vistas modernas*, n.º 14, Lisboa, Tip. Transmontana, 1837, pp. 110-112.

³ RIBEIRO, Manuela Tavares – *A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo* in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Vol. 5, *O Liberalismo*, coord. de Luís Reis Torgal e João Duque, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, p. 107.

concentração de capitais, e, por via desta concentração, ao crédito ao Estado, compensado com proveitosas concessões de monopólio por aquele, e aberta [outrossim] à racionalização do fisco, da administração, da finança, dentro da lógica do novo capitalismo». Este «espírito» estaria já distante da tradicional base sociopolítica e militar do cartismo – «velhos barões de novas terras administradas por um feitor» –, e, por outro lado, se «o relativo progresso das exportações dos produtos da terra» podia aliciar os cartistas, «mantendo-os um pouco na órbita do cabralismo», a radical mudança das elites económicas tinha vindo pôr «em causa, profundamente, os interesses setembristas que não esta[vam] nas grandes companhias»⁴. Enquanto isto se passava, os realistas de *O Portugal Velho* juntavam aos velhos argumentos ideológicos as desilusões e os agravos sociais dos últimos anos, sonhando e perspetivando nas águas turvas da política portuguesa o plano de uma restauração «legitimista».

Um grande e concreto indicio de que o país, descontente, caminhava para novos enfrentamentos de guerra civil é constituído pela tentativa setembrista frustrada de revolta militar de Torres Novas e Almeida (de 4 para 5 de fevereiro de 1844).

Os setembristas tinham grandes razões ideológicas para reação ao cartismo musculado de Costa Cabral: «o *habeas corpus* inexistente, a limitação da lei de imprensa, do papel dos juizes, dos professores e dos militares, a violência e a corrupção eleitoral» e a publicação de importantes leis e decretos ignorando as câmaras legislativas»⁵.

A nível popular, independentemente de outras razões, faziam-se sentir uma grave crise agrícola, a fome nos campos, o desemprego e a acentuada baixa nos salários agrícolas. Acrescia a impopularidade da implementação do novo sistema fiscal, obrigando ao cadastro dos bens individuais tributáveis, e a hostilidade às «leis de saúde» de 1844 e 1845. Estas últimas, consagrando a proibição dos enterros nas igrejas, bem como o imposto «de covato», pago pelo enterro e custas inerentes ao correspondente serviço religioso (disposições transitadas do distante ano de 1835), juntavam-se ao *cocktail* explosivo de contestação ao governo central cabralista. Por outro lado, fazia-se sentir o peso de recuperados direitos foraleiros, favorecendo predominantemente proprietários de extração burguesa e aristocrática, do mesmo passo que se ia consumando a supressão dos tradicionais direitos comunitários, outrora tão importantes no equilíbrio social das formas de vida camponesa.

⁴ SERÉN, Maria do Carmo, e PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista*, in *História do Porto* (dir. de Luís A. de Oliveira Ramos), Porto, Porto Editora, 1994, p. 479.

⁵ SERÉN, Maria do Carmo, e PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista*, in *op. cit.*, *Ibid.*, p. 480.

De toda esta situação saiu, como é bem sabido, a revolta popular do Minho de finais de março de 1846, rapidamente alastrando a Trás-os-Montes, às Beiras, ao Alentejo e ao Algarve.

O levantamento popular, no seu início, na zona de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho exaltadamente conduzido por mulheres e, como tal, de uma delas, muito significativamente designado por *Maria da Fonte*⁶, foi por Albert Silbert considerado «o acontecimento porventura mais original do século XIX português»⁷, e tinha, de facto, uma lógica iniludível: tal como ficou retido na memória coletiva, os amotinados, de enxadas e roçaduras em riste, dirigiam-se aos símbolos «de opressão económica e administrativa do novo regime, ou seja os funcionários da administração e da justiça, as administrações públicas, as prisões, a tropa»⁸. De acordo com os depoimentos incontornáveis, vivíssimos e verazes, do Padre Casimiro José Vieira, que no desenrolar dos acontecimentos desempenhou primacial papel (descontada que seja a sua filáucia épica de guerrilheiro providencial), as hostes populares pretendiam, acima de tudo, queimar «as bilhetas» e os livros das escrituras dos aforamentos, pelo que a sua sanha, nos arquivos autárquicos, se centrou, essencialmente, na destruição desses dois objetos, o primeiro constando de escritos onde se assentavam os teres de cada proprietário, para depois, por eles, se lançarem as contribuições, o segundo dos registos das enfiteuses e dos encargos foraleiros.

Esta virulenta e generalizada contestação produziria, como cumpre recordar, os seus frutos. Entre estes estariam tentativas frustradas de recomposição governamental, que culminaram, para pacificação dos ânimos, na constituição, em maio desse mesmo ano de 46, de um novo governo, mais «ordeiro», moderado e «progressista», liderado por Palmela, que prometeu eleições para 11 de outubro, a troco da dissolução das juntas setembristas.

Efetivamente, depois de uma primeira fase, espontânea, genuinamente popular, a *Maria da Fonte* passou a ser controlada, enquadrada (e sequestrada?) pelas organizações políticas locais ligadas aos estratos sociais das burguesias rural, comercial e industrial descontentes, que, apoiando a revolução, a instrumentalizaram partidariamente, constituindo juntas um pouco por todo o país, cujo objetivo político principal, de derrube do governo, pareceu garantido com um transitório “exílio” de Costa Cabral.

⁶ Sobre a identidade da primeira Maria da Fonte, «a de Simões, por ser de Fonte Arcada», e outras «amazonas de tamancos» minhotas que herdaram a antonomásia, leia-se obrigatoriamente Camilo Castelo Branco – *Maria da Fonte. A propósito dos Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846, publicados recentemente pelo Reverendo Padre Casimiro, celebrado chefe da insurreição popular*, Porto, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos Editor, 1885, pp. 21-28.

⁷ *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Horizonte, 1972, p. 104.

⁸ SÁ, Victor de – *A Crise do Liberalismo*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 220.

Como recorda Jorge Fernandes Alves, «a 5 de Outubro os setembristas, na perspectiva de uma vitória eleitoral, apresenta[ra]m um programa “incendiário” (redigido por José Estêvão, um dos derrotados da revolta de Torres Vedras, de 1845) que prometia a revisão da câmara dos pares, infestada de cabralistas, e pontos idênticos aos da revolução setembrista de 1836, com cortes constituintes e eleições directas, mexidas no funcionalismo e reduções no exército, reconsideração dos contratos feitos com o Estado desde 1842, etc., facto que desinquietou por completo as forças ligadas ao cabralismo»⁹. A 6 de outubro, a «Emboscada», um golpe militar palaciano, dirigido pelo Marechal Saldanha e pela própria Rainha, para evitar as eleições que, previsivelmente, dariam uma maioria setembrista, permitiu restaurar «todo o antigo pessoal administrativo e militar cabralista», mediante o afastamento de Palmela e sua substituição pelo próprio Saldanha à frente do governo. Na frase de Oliveira Martins, «estava definitivamente acabada a *Maria da Fonte*, restaurado o cabralismo, mas sem Cabrais aparentes»¹⁰.

Perante esta situação, a oposição reagiu drasticamente, iniciando uma nova fase de guerra civil, a *Patuleia*. No Porto, a 9 de outubro, José da Silva Passos, presidente da Câmara do Porto, de maioria setembrista, leu os ofícios do novo governo e saiu a sublevar a cidade, chamando às armas regimentos e «patriotas». A 10 estava constituída a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, com o general Conde das Antas a presidente e José da Silva Passos a vice-presidente, e, na mesma data, proclamava-se “*urbi et orbi*” que a Rainha, que urgia libertar, estava coata de Saldanha, que lhe havia imposto um ministério.

Neste quadro de reativação das juntas revolucionárias, faz-se de novo uma aproximação operacional e tática entre setembristas e miguelistas. Miguelistas como o general Póvoas (Álvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas), o general Guedes (António Joaquim Guedes de Oliveira), o general Bernardino (Bernardino Coelho Soares de Moura) combateram ao lado dos setembristas que integravam as juntas, como na do Porto sucedeu, concretamente o Conde das Antas (Francisco Xavier da Silva Pereira), o Conde do Bonfim (José Lúcio Travassos Valdez), o Visconde de Sá da Bandeira (Bernardo Sá Nogueira) e o Marquês de Loulé (D. Nuno de Mendonça)¹¹.

A «coalizão» das armas de que fala Oliveira Martins no *Portugal Contemporâneo* foi relativamente efetiva, funcionalmente, até ao momento de completa rutura em que, vencido em Valpaços (15/11/1846), Sá da Bandeira,

⁹ *Patuleia e Junta do Porto. Homens e ambientes*, «População e Sociedade», n.º 4 (1988), p. 223.

¹⁰ *Portugal Contemporâneo* – t. II, Lisboa, Guimarães Editores, 1979, p. 160.

¹¹ RIBEIRO, Manuela Tavares – *A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo in op. cit.*, p. 115.

vindo do Pinhão, retirava Douro abaixo em direção ao Porto, e foi incomodado pelos tiros do quase milhar de milicianos realistas, comandados por Mac-Donell, estacionados em Caldas de Aregos. E a verdade é que os legitimistas, que faziam aclamar D. Miguel um pouco por todo o Minho, eram força muitíssimo considerável, embora desorganizada e dividida.

A 11 de outubro de 1846, João Baptista Rebello Pereira, vulgo João do Cano, fora quem em Vieira, à frente de quatrocentos lavradores, alegadamente fizera a primeira dessas aclamações realizadas no Reino. Mas logo no dia 13 fora atacado pelo Conde de Almargem, dividido na tarefa de flagelar, simultaneamente, os soldados do Barão do Casal e os adeptos do velho régimen.

Na realidade, a intransigência ideológica do tradicionalismo ultra e a simples lógica imediata dos “menos políticos” no campo miguelista nunca haviam aprovado a aproximação aos setembristas. Também o general inglês enviado de Inglaterra por Ribeiro Saraiva suscitava as maiores reservas a muitos realistas, fosse pela apreciação de aspetos técnico-militares, fosse pela fundada desconfiança de duplicidade ou de instrumentalização política da sua atuação por parte das forças governamentais.

Impelido pelos seus guerrilheiros e soldados, Mac-Donell entrou vitorioso em Braga, mas do *Te Deum* de 30 de novembro passou, um mês depois, à fuga, permitindo que o Barão do Casal chacinasse no bastião miguelista mais de duzentas pessoas¹². Pouco antes, a 22 de setembro, Saldanha derrotara em Torres Vedras os setembristas, comandados pelo Conde do Bonfim.

Com base em documentação segura, sabe-se que «Macdonnel, escapulado de Braga, foi ter a Guimarães de cambolhada com o Governo Provisório», presidido pelo antigo lente de Coimbra e ministro de D. Miguel, Doutor Cândido Rodrigues Álvares de Figueiredo e Lima; daqui continuou a sua retirada para Trás-os-Montes, onde um piquete de cavalaria da divisão de Vinhais o acossou, prendeu e matou nos últimos dias de Janeiro»¹³.

Tal como já acontecera no início do processo revolucionário anticabralista, deu-se então uma nova aproximação de algumas representativas patentes e individualidades miguelistas à Junta do Porto. Tal como muitos outros militantes da causa realista, o Doutor Cândido Lima considerava esta atitude uma grave traição aos princípios e um deplorável exemplo de acomodação às circunstâncias. Recorde-se, no entanto, que Ribeiro Saraiva e o próprio rei proscrito já há muito falavam da necessidade de adaptar as leis fundamentais da monarquia às condições do presente e à irreversibilidade de algumas

¹² DÓRIA, António Álvaro – «Patuleia», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Porto, 1975, p. 17b.

¹³ BABO, Carlos – *A sombra de D. Miguel*, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, s/d, pp. 136-137.

leis publicadas depois de Évora-Monte, consideradas «vantajosas ao bem dos povos»; essas «necessidades públicas do Reino» seriam reconhecidas pelas Cortes Gerais, logo que regressado e restaurado no trono D. Miguel I⁴. Este quadro mereceu a Oliveira Martins um judicioso comentário:

«Coalizado com a *Junta*, o miguelismo perde a sua individualidade política, sem por isso deixar de ser um risco; porque se a *Junta* chegasse a vencer, teria de começar a debater-se com os seus aliados: os miguelistas à direita, os demagogos à esquerda; uns acordando em pedir D. Miguel, outros D. Pedro V: ambos a queda da rainha, ambos uma revolução que levaria Portugal ou à restauração do absolutismo ou à implantação de uma república.»¹⁵

O que é certo é que desde abril de 1846, ainda no poder, já Costa Cabral apresentava a subversão em marcha como um fenómeno de levantamento miguelista. A entrada de Mac-Donell, clandestinamente, no país permitira reforçar a ideia do perigo miguelista, e nunca mais o governo e a diplomacia do Conde de Tomar em Madrid deixaram de insistir na necessidade de acionar o *Tratado da Quádrupla Aliança* (Inglaterra, França, Espanha e Portugal) de 1834, que previa a intervenção estrangeira no caso de ameaça às instituições parlamentares vigentes na Península Ibérica.

Essa intervenção armada, que culminou na *Convenção do Gramido*, assinada na casa e local desse nome, em Gondomar, em 29 de junho de 1847, está muito e bem historiada. Obriga-nos a recordar o protocolo que a previa, firmado em Londres pelos delegados dos quatro países, em 21 de maio desse ano. Das cláusulas do protocolo constava: 1.º – Amnistia plena e geral dos presos políticos desde o princípio de outubro e reintegração de todas as pessoas emigradas por razões políticas. 2.º – Revogação imediata de todos os decretos promulgados desde o princípio de outubro, que fossem contrários à lei fundamental e às leis. 3.º – Convocação das Cortes logo após as eleições, que deveriam fazer-se imediatamente. 4.º – Nomeação de uma administração composta de homens não pertencentes ao partido dos Cabrais nem à Junta do Porto. Obriga-nos ainda a recordar o aprisionamento, a 31 de maio, ao sair a barra do Douro, da expedição patuleia comandada pelo Conde das Antas e dirigida a desembarcar em Lisboa, e a invasão do território nacional pelas tropas dos generais espanhóis D. Manuel de La Concha e Mendez Vigo. Eis como António Álvaro Dória resume o lúgubre epílogo dos conflitos da Patuleia:

¹⁴ Cf. BABO, Carlos – *op. cit.*, pp. 54-77 (*Reflexões dos de Lisboa para as reformas que deve fazer El Rey quando vier*).

¹⁵ *Portugal Contemporâneo*, t. II, *ed. cit.*, p. 194.

«No dia 12 de Junho foi enviado um ultimato à Junta, que, perante a superioridade numérica do inimigo resolveu pôr termo à luta, nomeando o marquês de Loulé e o general António César Teixeira de Vasconcelos seus plenipotenciários para tratarem com os delegados estrangeiros.»¹⁶

Ali, no resguardo dos envergonhados sobrados daquela ampla e bela Casa do Gramido, sobranceira ao Douro, reuniram e redigiram a Convenção do mesmo nome «na qual se estipulava que os governos aliados garantiriam o fiel e exacto cumprimento do protocolo de Londres; que o Porto, Gaia e todos os fortes e redutos das duas margens do rio seriam ocupados pelas tropas espanholas e o Castelo da Foz pelas inglesas; que as forças espanholas receberiam a rendição das tropas da *Junta*, que seriam tratadas com todas as honras de guerra, conservando os oficiais as espadas e os cavalos; que se concederia passaporte para todos os que quisessem sair do país; e, finalmente, que as potências empregariam os seus esforços para melhorar as condições dos soldados realistas que combatiam nas fileiras da *Junta*. Esta proclamou ao País a despedir-se, dando por finda a sua missão, ratificando e mandando a seguir cumprir as cláusulas da *Convenção*, dissolvendo-se no dia 30»¹⁷.

Como era de prever, as condições acordadas não foram fielmente executadas, e as eleições de agosto desse mesmo ano deram a maioria às forças políticas apoiantes do executivo. Em 1849 Costa Cabral regressaria ao governo, criando-se as condições para outra revolta, desta feita liderada pelo Marechal Saldanha, mais uma vez a partir da cidade do Porto, e que traria, finalmente, um virar de página, com a pacificação profícua da *Regeneração*.

O que efetivamente pode ver-se na guerra civil da Patuleia é um governo incapaz de ganhar a guerra e uma oposição pouco decidida a vencê-la ou temendo vencê-la pelas consequências que, necessariamente, surgiriam no dia seguinte ao da vitória. Daí a insinuação de Oliveira Martins de que à Junta do Porto «não se dava de acabar assim»¹⁸. E para autorizar a sua desalentada visão, o historiador ia socorrer-se de afirmações de Garrett, datadas do ano de regresso de Costa Cabral ao governo:

«Hoje nos achamos entre um passado impossível (depois das leis de Mouzinho), entre um futuro tremendo, porque é obscuro, insondável e de nenhum modo preparado, e com um presente tão absurdo, tão desconexo, tão incongruente, tão quimérico, tão ridículo, enfim, que se a perspectiva não

¹⁶ *Art. cit.*, p. 19b.

¹⁷ *Art. cit.*, *Ibidem*.

¹⁸ *Portugal Contemporâneo*, t. II, *ed. cit.*, p. 206.

viesses, como vem, tão cheia de lágrimas, seria para rir e tripudiar de gosto, ver como vivemos, como nos tributamos, como nos administramos, como somos enfim um Povo, uma Nação, um Reino! (*Mouzinho da Silveira*).»¹⁹

Mais tarde, ao fazer história, perante novos quadros de crise e contestação, o republicanismo português, depois de se ter apropriado da memória revolucionária liberal²⁰ (quase sempre escamoteando também todo um enorme legado de progressos materiais e avanços sociais, arrancando da *Regeneração* institucionalizada pelo *Acto adicional à Carta* de 1852), vai, na primeira década de novecentos, entrar numa espiral de radicalismo e negar mesmo a possibilidade de uma monarquia liberal, prosseguindo fins «generosos» e «avançados», idênticos aos por si perseguidos. Assim, o panfletarismo das *Cartas Políticas* de João Chagas tentará profligar a esquerda liberal do constitucionalismo monárquico, reformista e popular. Mas percebe-se: não havia mais lugar para uma «monarquia republicana»... Passos Manuel passa agora a ser visto como um «paspalhão contraditório» e António Rodrigues Sampaio, «o Sampaio da Revolução», intrépido editor dos setembristas *Eco de Santarém* (1846) e *O Espectro* (1846-1847)²¹, carácter generoso e isento, passa a ser apresentado – apenas – como «um conviva do poder»²². Desta feita, decidida estava já a subversão violenta da ordem constitucional vigente, e por isso, qualquer exemplo daquela antiga linhagem de radicalidade reformista – mas com salvaguarda da forma de regime – não deixaria de ser considerada, por então, em termos da estratégia do diretório republicano, como sumamente inconveniente²³.

Jogava-se nesses panfletos de propaganda com o sentimento patriótico popular, compreensivelmente ferido. Mas, ao contrário da espuma dessa prosa incendiária, com razão pensavam muitos dos políticos herdeiros do

¹⁹ *Portugal Contemporâneo*, t. II, ed. cit., p. 208.

²⁰ ALVES, Jorge Fernandes – *Primeira República, poder local e a saga parlamentar para um novo código administrativo*, «Revista da Faculdade de Letras / HISTÓRIA» Porto, III Série, vol. 11 (2010), pp. 33-34.

²¹ Como importante contributo recente sobre esta personalidade, vide SOUSA, Jorge Pedro (Coord.) – *António Rodrigues Sampaio, jornalista (e) político no Portugal oitocentista*, LabCom, UBI, Covilhã, 2011. Entre a bibliografia "clássica", especializada, vide BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *História da Guerra Civil da Patuleia 1846-1847*, Lisboa, Estampa, 1993.

²² Leia-se, nomeadamente, Sampaio, Jornalista, retrato de António Rodrigues Sampaio fornecido por ARANHA, Brito – *Factos e homens do meu tempo. Memórias de um Jornalista*, tomo I, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1907, pp. 53-123.

²³ Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Desconstruindo a História Pátria: aspectos do panfletarismo republicano de João Chagas*, in *Literatura Culta e Popular em Portugal e no Brasil. Homenagem a Arnaldo Saraiva* (coord. de Isabel Morujão e Zulmira Santos), Porto, Afrontamento, 2011, pp. 417-422.

setembrismo e do cartismo que o país e o regímen deveriam saber sobreviver à humilhação nacional do Gramido...

2. *A Crise do Liberalismo nos Apontamentos de um padre guerrilheiro*

Vai sempre felizmente em natural crescendo a bibliografia sobre a História Contemporânea de Portugal, nos seus diferentes domínios e vertentes. Seria aqui desajustada, odiosa e arriscada uma qualquer resenha nominal, mas uma obra há, com mais de quarenta anos, e que marcou a comunidade estudantil que, como nós, frequentou a Universidade após o 25 de Abril de 1974. Referimo-nos, como se adivinha, à obra do saudoso Doutor Victor de Sá, a cujo título aludimos em epígrafe²⁴.

Dada a marcadíssima formatação ideológica deste volume, ninguém ficava indiferente à sua linguagem ou pressupostos, fosse para secundar ou para arguir diversos pontos de vista do autor, relativamente ao sentido e marcha das sociedades e da história. De resto, em tão aberto, delicado e gentil interlocutor dificilmente se adivinhava "cartilha" de "estrita observância"... Mas enfim, os seus alunos que o não eram de um livro só tinham sempre possibilidade de confrontar tais leituras, nomeadamente, com textos de Vitorino Magalhães Godinho e estudos de Miriam Halpern Pereira, Manuel Villaverde Cabral ou Oliveira Ramos, entre outros.

Victor de Sá, vendo a história sob o impulso da luta de classes e da dialética dos interesses antagónicos, teve o mérito de valorizar a importância da economia e dos fatores «infra-estruturais» na evolução da sociedade (atitude hoje perfeitamente consagrada no seio do próprio pensamento liberal dominante), mas *A Crise do Liberalismo*, de sua autoria, com todos os aspetos positivos que contém (nomeadamente a atenção ao pensamento social nas primeiras décadas do liberalismo português), é obra datada e circunscrita ao próprio contexto da sua publicação. É permanente – obviamente – a referência ao «espírito de classe» e às contradições internas no seio dos diferentes segmentos da burguesia portuguesa... O esquema simples, didático, ainda que redutor, das suas propostas analíticas, eis o seu atrativo e os riscos que comporta para os mais inexpertos.

Como é lógico, espectacular e adequado, valoriza-se imenso a importância social das lutas da Patuleia e as causas socioeconómicas da revolta. Num

²⁴ *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, tese de doutoramento apresentada na Sorbonne pelo autor em 1969 e que teve uma segunda edição em Portugal em 1974, pela Seara Nova.

apartado interessantíssimo faz-se mesmo o «contraste entre as aspirações democráticas de um padre legitimista [Padre Casimiro Vieira] e os programas da burguesia setembrista»²⁵. Ora, eis aqui um esclarecedor exemplo, notável e paradoxal, do efeito de sobreposição dos princípios ideológicos à realidade social vivida, a qual, acima de tudo, o historiador deve, isentamente, ouvir e deixar exprimir-se.

Efetivamente, lendo as *Memórias* por este padre publicadas em 1883²⁶, referentes à sua atuação político-militar em 1846-47, o que a qualquer leitor se torna evidente é o seu acrisolado legitimismo miguelista, e, em conexão com ele, um não menos acentuado tradicionalismo. É assim clarissimamente desajustado, conceptualmente e também por anacronismo, que alguém se afoite a falar de «aspirações democráticas» de um padre miguelista.

Vemos da leitura dos *Apontamentos* do Padre Casimiro José Vieira uma radicalidade contestatária a que não falta sentido igualitário, nomeadamente na reivindicação de «que as eleições para toda a espécie de justiça e autoridade sejam de todo populares, sem excepção de pessoa, a não ser das que não lêem, nem escrevem, para evitar enganar e despertar a instrução»²⁷. Todavia, como facilmente se percebe, estamos perante alguém com grande sentido de ordem, embora fundada, simplesmente, em critérios de justiça e equidade, outrossim canalizando as suas aspirações e as dos seus seguidores numa linha de reacção à demolição definitiva de «um Portugal antigo, que ainda para as populações rurais era o verdadeiro, o ditoso, o bom»²⁸. Por isso, segundo expunha o sacerdote a D. Maria II, «todo o povo clamava pela forma de governo do tempo de D. João VI, purificada dos defeitos e abusos que nesse tempo existissem». Como bem vê o prefaciador da edição por nós citada, a revolta camponesa ia «procurar num ponto mítico do passado a harmonia que deseja[va] para o presente. Esse passado ameno em que o pobre lavrador, melhor ou pior sobrevivia à sombra tutelar do Senhor, até nem era tão longínquo como isso: a presença do Senhor D. Miguelzinho, como enternecido, lhe chama[va] o padre Casimiro, estava ainda suficientemente fresca nas memórias para não polarizar as esperanças dos deserdados, dos oprimidos»²⁹. Num

²⁵ *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, 1974, Cap. VII, pp. 226-229.

²⁶ *Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte, escritos pelo Padre Casimiro finda a guerra em 1847*, Prefácio e estabelecimento do texto por José Teixeira da Silva, Lisboa, Ed. Antígona, 1981. Citamos por esta edição. A primeira é de Braga, Tipografia Lusitana, 1883.

²⁷ Carta à Senhora D. Maria da Glória, em 6 de Julho de 1846, in *Apontamentos para a História da Revolução do Minho...*, ed. cit., Apêndices, p. 171.

²⁸ MARTINS, Oliveira – *Portugal Contemporâneo*, t. II, ed. cit., p. 150.

²⁹ SILVA, José Teixeira da – Prefácio a *Apontamentos para a História da Revolução do Minho...*, ed. cit., p. 7.

quadro social e fiscal opressivo, pleno de novidades, mudanças e “estrangeiradas”, de difícil compreensão pelo vulgo, a imagem favorável da realeza de Antigo Regime, mesmo se beliscada, assumia ainda, facilmente, uma dimensão religiosa, protetora e popular.

À crise interna do liberalismo e à sua dramática e convulsiva fixação institucional e administrativa, através e no rescaldo das lutas de facção, correspondia uma erupção reativa da cultura popular, camponesa, do país profundo. Nesse virar de página civilizacional, um messianismo sebástico difuso, providencialista e utópico, fazia a sua aparição para «crepuscular canto do cisne»³⁰.

Como é natural, abundam, embora ainda insuficientemente aproveitadas, as memórias destes tempos. Bulhão Pato, como não podia deixar de ser, deixou-nos vividas e inesquecíveis páginas sobre a Maria da Fonte e a Patuleia, sintonizando elegiacamente com uma «revolução verdadeiramente popular», vencida, não por falta de ideais e garra aos insurgentes, mas pela forma como «o pavilhão cor de sangue caiu sobre eles», e «não só a Inglaterra, a França e a Espanha também», outrossim lamentando que em Lisboa, diferentemente, em data recente, por ocasião da comoção do *Ultimatum*, tivessem bastado «os apitos da polícia para os “patriotas” debandarem com asas nos pés»³¹.

Também o romance histórico cedo se apropriou deste tema³², e efetivamente, *O Prato de Arroz-Doce* «é afinal uma magistral reportagem sobre a revolução portuense de 1846»³³, cujo autor, militante «junteiro», por relações particulares e laços de família, se incumbira de harmonizar os miguelistas com a Junta do Porto³⁴, como mais tarde haveria de redigir o projeto de convénio que o marquês de Loulé e o conde de Torres Novas, assinaram em Gramido.

Segundo autorizada opinião, em bom rigor, *O Prato de Arroz-Doce* de Teixeira de Vasconcelos, na medida em que evoca acontecimentos com o hiato de apenas dezasseis anos em relação à data da sua publicação, nem deveria ser considerado romance histórico, mas, além de outras valias, consigna em

³⁰ SILVA, José Teixeira da – Prefácio a *Apointamentos para a História da Revolução do Minho...*, ed. cit., p. 8.

³¹ PATO, Bulhão – *Memórias. Scenas de infância e homens de Letras*, tomo I, Lisboa, Tip. da Academia Real das Sciencias, 1894, pp. 91 e 98.

³² Além das obras infra referidas, para data posterior, cumpre lembrar MARTINS, Rocha – *Maria da Fonte*, Lisboa, Romano Torres, 1902, e SILVA, César da – *Os Patuleias*, Lisboa, Romano Torres, 1910, ambas obras em que a rainha aparece negregada, de acordo com a propaganda política corrente.

³³ SOVERAL, Manuel Abranches de – Introdução a VASCONCELOS, Teixeira de – *O Prato de Arroz Doce*, Porto, Civilização Ed., 1983, p. 18. A qualidade da escrita, boa preparação de informação do introdutor, sua proximidade familiar à matéria, tudo, sem exceção, recomenda a introdução que acompanha esta edição da obra.

³⁴ ARANHA, Brito – *Teixeira de Vasconcelos e a «Gazeta de Portugal»*, in op. cit., p. 148.

si opiniões vulgares, coevas, relativamente ao cansaço provocado já por um género abundando em «coisas antigas e maçadoras»³⁵... Trepidante, próximo aos acontecimentos e às polémicas que estes continuavam a suscitar por ocasião da sua escrita, interligando, com realismo vivo, «acontecimentos e figuras históricas com os protótipos das várias facções» em luta³⁶, eis realmente específica marca deste romance, que não deixa outrossim de, intencionalmente, espelhar a alma do autor na sua vida real, identificando-se nomeadamente com «dois dos principais personagens: um pouco em Álvaro Pereira (a sua juventude miguelista!) e muito em Simão da Lapa, cujo perfil moral e político amiúde coincide com o do autor»³⁷.

Quem melhor do que este aristocrata de velha cepa, jurista e jornalista de talento, por cujas mãos, à época, passou a correspondência diplomática da Junta, antigo capitão de milícias por D. Miguel e, com a revolução, comandante de um «imaginário» batalhão de voluntários e governador civil de Vila Real, tendo vivido por dentro, na alma e na carne, as nossas lutas caseiras, tal como o frustrado desejo de harmonizar o legitimismo e o progressismo, para nos reconstituir socioculturalmente a cidade e os meios nortenhos coevos da Patuleia? É eloquente que seja uma fonte de informação histórica privilegiada, profusamente usada por Oliveira Martins no *Portugal Contemporâneo*, ao descrever-nos o ambiente patriótico «*exímio*» da «*omnicracia*» tripeira que, «patuleando», José da Silva Passos e o pessoal governativo faziam irradiar da Casa Pia Portuense, palácio do governo, da Batalha e das Portas do Sol, para a Alfândega, Ribeira, Loios, Praça Nova, Hortas, todas as artérias e «todo o coração do Porto» burburinhando de gente, «falando, resolvendo, discutindo, ameaçando, com a verbosidade e a suficiência ingénitas nos filhos da cidade da Virgem»³⁸.

Graças a novos estudos³⁹, conhecemos hoje melhor, «*por fora e por dentro*»⁴⁰, segundo conhecido título de Alberto Pimentel, a cidade que sucedeu a tão vibrantes e tempestuosos tempos. Mesmo *O Porto de há trinta anos*⁴¹

³⁵ MARINHO, Maria de Fátima – *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999, pp. 95-96.

³⁶ SOVERAL, Manuel Abranches de – *Introdução cit.*, *Ibid.*, pp. 18-19.

³⁷ SOVERAL, Manuel Abranches de – *Introdução cit.*, *Ibid.*, p. 19.

³⁸ Cf. t. II, *ed. cit.*, pp. 175 e 179.

³⁹ Destaque especial para FARO, Rute Santos de Castro Lopo e – *O Porto na Berlinda. Memórias de Alberto Pimentel*, Porto, FLUP, 2005 (diss. de mestrado orientada por Maria de Fátima Marinho Saraiva) e para os dois Volumes de Actas do I Congresso O Porto Romântico (coord. de Gonçalo Vasconcelos e Sousa), Porto, Universidade Católica Editora, 2012.

⁴⁰ *O Porto por fora e por dentro*, Porto, Figueirinhas, 1945 (1.ª edição, Porto, Chardron, 1878).

⁴¹ Hoje disponível nova edição da Universidade Católica Editora, Porto, 2011, sendo a 1.ª edição de 1893.

era já o Porto da *Regeneração* estabilizada e institucionalizada, mas mantendo viva a memória da tradição liberal patuleia.

Todavia, sobre a cidade do rescaldo da revolução, *O Porto em 1850*, ainda com ares «de estreito e cavo burgo medieval», mas fervilhando de vida comercial e mantendo mobilização política e espírito liberal, não conhecemos mais ajustadas e compreensivas palavras – ainda que sempre finamente irónicas – que as de um outro ilustre escritor portuense, Ramalho Ortigão:

«Os bons mercadores dos Clérigos, da Rua Nova dos Ingleses e da Rua das Flores, muitos deles antigos soldados dos batalhões da Carta ou dos Voluntários da Rainha durante o Cerco, ex-oficiais da Guarda Nacional sob o governo da Junta no tempo da Patuleia, falavam à gente, pimpando detrás dos seus balcões ou das suas carteiras com a mesma catadura imponente e majestática que teriam nas cadeiras curuis das casas do concelho portugalense, ou de cima das burras de juízes do povo em dia de real cortejo, ao som jubiloso dos atabales e das charamelas pela Ribeira Nova. / Eram eles – diziam com persuasiva ênfase – os que se tinham batido nas linhas ao lado do Imperador contra as tropas de D. Miguel; eles os que de baioneta à ilharga, patrona nos rins e escopeta ao ombro, tinham dado à nação as instituições modernas, e à Senhora D. Maria II o trono dos seus avós; eles os que guardavam, com uma das vísceras de D. Pedro IV, a chave do bem conhecido *baluarte das liberdades pátrias* e das *arrojadas iniciativas*, eles os que pela enérgica resistência da sua atitude tinham feito fugir para Lisboa, corrido, achichelado, o famigerado régulo José Cabral, mais conhecido pela alcunha de *José dos Cónegos* [José Bernardo da Silva Costa Cabral, irmão de António Bernardo, governador civil do Porto em 1843 e em 1846 encarregado de reprimir a revolução]; eles enfim os que tinham prendido e engaiolado no Castelo de S. João da Foz, à ordem do povo, o Duque da Terceira. Pelo que, com legítimos fundamentos e sem falsa modéstia, julgavam poder considerar-se o sal da terra.»⁴²

Como chamada de atenção à capital, sempre ignorante da «província», não menos expressiva é a caricatura do burguês do Porto, arrasando em família, em gestos «subversivos e contundentes, de escacha-pessegueiro» o governo e as classes dirigentes de Lisboa, cidade por si menosprezada e mal compreendida. Com tal «doce mania beligerante», os portuenses «eram no fundo os homens mais ordeiros e mais pacíficos: irmãos de confrarias, mesários de irmandades, fidelíssimos às pomposas procissões da Trindade, do

⁴² Prefácio a BRANCO, Camilo Castelo – *Amor de Perdição*, 9.^a edição, in NEMÉSIO, Vitorino (org.) – *Portugal, a Terra e o Homem*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1978, pp. 66-67.

Carmo e de S. Francisco, fervorosos devotos do Senhor de Matosinhos e do Senhor da Pedra, e grandes festeiros de S. João», sem deixarem de frequentar regularmente os sacramentos⁴³.

Como é evidente, ao assim escrever por volta de 1890, Ramalho lidava com uma memória e uma mitologia já cristalizadas, mas tanto mais impressionantes quanto assentes na sociologia histórica real da urbe. E, a meio de oitocentos, «do fundo de uma espessa população comercial, abastada, rotineira, carola, consideravelmente snóbica», Ramalho naturalmente destacava, «em violento contraste com ela, uma mocidade inquieta, nevrálgica, atrevidissimamente explosiva», retendo nomes importantes no dandismo e na literatura (neste campo evocando nominalmente Amaldo Gama, Evaristo e Gonçalves Basto, António Girão, Ribeiro da Costa, Delfim Maia, António Coelho Lousada, Alexandre Braga, Soromenho, Soares de Passos, Ricardo Guimarães, Amorim Viana, Faustino Xavier de Novais e Marcelino de Matos), não sem registar importante anotação: «A maior parte destes rapazes tinham pegado em armas no tempo da Patuleia, já alistados nos batalhões académicos ou na Guarda Nacional, já como ajudantes-de-ordens ou ajudantes-de-campo dos generais guerrilheiros, como Póvoas e o Mac-Donnel. Desse tirocínio ficara-lhes o aspecto marcial, o temperamento batalhador, o estilo intrépido, o bigode arqueado. Vestiam-se em geral de um modo comum – calças à *hussard*, casaca ou sobrecasaca abotoada até ao pescoço, grande laço na gravata à Lord Byron ou à Antony. Como agasalho envolviam-se romanescamente no *plaid* de Walter Scott, em quadrados escoceses. Eram de rigor as esporas e o *casse-tête*, que se trazia suspenso do pulso por uma asa de ouro»⁴⁴, último adereço este também usado pelo juvenil Camilo.

Ora se, segundo Ramalho, quem não soubesse o que era o Porto de meados de oitocentos não estaria habilitado a entender a análise sociológica dos romances de Camilo, muito menos entenderia as convulsões populares patuleias quem não conhecesse a urbe, enquanto cabeça do norte de Portugal.

Camilo, liberal “miguelófilo” (baste lembrar o seu poema *Salvé, Rei!*, dedicado a D. Miguel I, por ocasião do seu casamento⁴⁵), caiu das nuvens quando, por ocasião de uma visita do seu amigo padre Sena Freitas a S. Miguel de Seide, e palestrando ele saudosamente sobre «episódios da sua mocidade», ao contar-lhe que tinha então sido miguelista e «afivelara as esporas de

⁴³ Prefácio a BRANCO, Camilo Castelo – *Amor de Perdição*, 9.ª edição, in NEMÉSIO, Vitorino (org.) – *op. cit.*, p. 68.

⁴⁴ Prefácio supracitado, in *op. cit.*, pp. 73-74.

⁴⁵ Impresso originalmente em janeiro de 1852 em uma folha solta, reproduzida no diário legitimista *A Nação*, n.º 1834, de 22 de novembro de 1853. Reedições posteriores, nomeadamente, Lisboa, Tip. A. J. Ferros e Ferros, 1915.

cavaleiro (umas esporas de correia, de 12 vinténs, por sinal) na legião formidavelmente estúpida do general escossez Reinaldo Macdonell», referindo-se, naturalmente, à Maria da Fonte e ao «lendário padre Casimiro, *general defensor das cinco chagas*», foi pelo seu interlocutor informado de que o conhecia muito bem, pessoalmente, tendo-o até visto havia dois dias⁴⁶. Como é sabido, esta circunstância permitiu a Camilo corresponder-se com o sacerdote guerrilheiro jubilado e vir a ler, em primeira mão, o manuscrito dos seus *apontamentos* sobre a revolução do Minho, do qual tirou apontamentos. Como garantiu Camilo, daí resultariam raros traslados, e, mais que tudo, «dois livros que se completam»⁴⁷.

As narrativas do Padre Casimiro, filtradas por Camilo e enriquecidas com as suas próprias observações, com as – privilegiadíssimas – de Pinho Leal, e as de outros informantes particulares, permitem uma mole de conhecimentos relevantes, detalhados, que estão longe de suficientemente explorados pela historiografia dos nossos factos socioculturais contemporâneos. Entre outras virtualidades, o texto do romancista logra transmitir-nos, de forma impressionantemente “etnográfica”, a magnitude do choque cultural então em curso no seio das nossas lutas caseiras. Ainda estava na natureza das coisas que o clero secular, perto e compartilhando as inquietações práticas e a linguagem dos povos, continuasse a arrastar consigo a militância de grande concurso de fiéis.

A *Carta* ignorara quase totalmente o baixo clero, a «arraia-miúda de pastores de almas *apresentados*»⁴⁸, que, também por isso, facilmente se sentiam dessolidarizados do novo regímen; e o próprio setembrismo, embora pretendendo-se enquadrador e mobilizador dos «padres cidadãos» do constitucionalismo, ao acentuar, em sentido regalista, a dependência económica e o controlo político do clero paroquial por parte do poder constituído⁴⁹, não compensara suficientemente esse sentimento de divórcio e frustração de maioria dos padres, assim perigosamente permeáveis aos cantos de sereia do restauracionismo legitimista. É significativa a enumeração que Camilo faz «a propósito de clerezia» militante «na epopeia da revolução» minhota:

⁴⁶ BRANCO, Camilo Castelo – *Maria da Fonte. A propósito dos Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846, publicados recentemente pelo Reverendo Padre Casimiro, celebrado chefe da insurreição popular*, Porto, Chardron, 1901, p. 10. Citaremos doravante por esta edição.

⁴⁷ BRANCO, Camilo Castelo – *Maria da Fonte*, p. 12.

⁴⁸ Expressão ajustada à realidade sociológica coeva, da pena de MARTINS, Oliveira – *Portugal Contemporâneo*, t. I, Lisboa, A.M. Pereira, 1895, p. 78.

⁴⁹ Cf. NETO, Vitor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, INCM, 1998, pp. 57 e 58; DORIA, Luís – *Do Cisma ao Convénio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*, Lisboa, ICS, pp. 51-55.

Contra Casimiro José Vieira «degladia[va]m-se no campo» o cónego Montalverme, «comandante do *Batalhão de segurança rural*»; «no gabinete, o egresso Francisco José Alves Vicente. A seu favor, o Padre António Teixeira, das Quintas, do concelho de Montalegre, que alli aclamou D. Miguel I.º em Julho de 46; o padre José Soares Leite, chamado *o da Lage*, um barra; o padre José das Taipas, o padre Gomes, do Prado; o façanhudo padre Luiz António Pereira, abade de Priscos, o pimpão Padre Manuel da Agra; finalmente o padre Joaquim da Costa, puxador de muito pulso de uma cana só»... e acrescentava provavelmente com menos exagero do que se possa pensar: «Havia outros que trabalhavam na cadeira da prática dominical, no púlpito, no confessional e nas tavernas d'aldeia. Eram quasi todos»⁵⁰.

E mesmo se por vezes, como em Basto, o povo local se retraía, alegadamente condicionado por «empregados» e «alguns fidalgos» da terra, nem por isso deixava, segundo o Padre Casimiro, de querer o que ele desejava. A prova teria estado em uma multitudinária concentração popular no largo do convento de Refojos, na qual fora – por fim – amplamente obedecido e vitoriado, passando desde aquele momento a assinar-se «Defensor das Cinco Chagas e Brigadeiro comandante das forças populares do Minho e Trás-os-Montes»⁵¹.

Esta capítosa incursão da guerrilha do Padre Casimiro pelos caminhos e pelas adegas de Basto foi suculentamente ridicularizada pelo romancista. De facto, como é evidente, se a hostilidade e o enleio iniciais do povo de Basto não se deviam a ele ser maçónico⁵², e se aí, como sempre, o sacerdote abusava da fobia antipedreiral (matéria que suscitou a Camilo largas páginas de ironias)⁵³, não é lícito a ninguém escamotear o papel efetivamente desempenhado pelo clero e pelos notáveis locais ajuramentados às fórmulas do setembrismo. Terra de clara predominância miguelista, Basto tinha tido os seus campeões da liberdade, como aqueles dois amigos, conterrâneos e companheiros da emigração, Plácido Tavares da Veiga Falcão, morgado das Casas de Figueiredo de Ribas e Ponte de Petimão, falecido no exílio, e António Manel Lopes Vieira de Castro, pároco de S. Clemente, depois da guerra civil governador temporal do bispado de Viseu (1834-1836), deputado pela província da Beira, e com a Revolução de Setembro, ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, por sinal estrénuo perseguidor dos párocos favoráveis ao «usurpador»⁵⁴. A "sementeira" liberal tinha entretanto, naturalmente, dado frutos, mas agora a região, já suficientemente causticada pelas suas opções tradicionalistas,

⁵⁰ BRANCO, Camilo Castelo – *Maria da Fonte*, p. 95.

⁵¹ *Apontamentos para a História da Revolução do Minho...*, ed. cit., pp. 104 e 107-108.

⁵² Cf. *Apontamentos para a História da Revolução do Minho...*, ed. cit., p. 102.

⁵³ Cf. BRANCO, Camilo Castelo – *Maria da Fonte*, pp. 228-280.

⁵⁴ NETO, Vítor – *Op. cit.*, pp. 60 e 61.

desejava acima de tudo paz e tranquilidade, daí se compreendendo a resistência e embaraço com que o povo de Basto, entre pressões de sinal contrário, desta feita acolhia a guerrilha do «Defensor das Cinco Chagas». Efetivamente, durante a Patuleia, a mobilização setembrista continuará aparentemente forte, conhecendo-se grandes ajuntamentos de militantes na Mata de Gandarela de Basto⁵⁵.

Ao carácter popular e religioso da *jacquerie* não faltava sequer a participação de militantes carlistas, *fueristas* emigrados de Espanha para Portugal para aqui terçarem armas pelo miguelismo e pela monarquia antiga, numa reiterada aliança ibérica, «apostólica» e restauracionista, a que, na vertente lusa, se juntavam as cores do velho sebastianismo⁵⁶.

Entre 15 e 18 do mês de outubro de 46 apareceu em Braga D. Santiago Garcia de Mendoza, apresentando-se aos realistas bracarenses como general do exército de D. Carlos de Bourbon, que havia capitulado em Vergara. Este jovem aventureiro, que viria a fixar residência em Ponte de Lima e a ser conceituado escritor, sócio correspondente da Academia das Ciências⁵⁷, foi então recebido como enviado de D. Miguel. Seguindo de perto Pinho Leal, conta Camilo que, apresentado ao Padre Casimiro, a quem elogiou, chamando-lhe *Cabrera de Portugal*, logo partiu com ele e com uns tantos mais, para levantar a gente de Vieira contra um batalhão de “sirzinos” que por lá andava⁵⁸:

«(...) ao romper da manhã ouviram missa no Geraz e foram reunir-se em Frades às guerrilhas do padre Manoel da Agra e do padre João do Cano. No dia seguinte convergiram às Chans as três hostes clericas. Ahi appareceu D. Santhiago fardado de general, José Custodio [dos Pelames, promovido a seu Ajudante de Ordens], de capitão de cavallaria, um estado maior de sujeitos em éguas com espadões e botas à Frederica, a musica de Calvos a bufar o *Rei-chegou*, as legioens formadas, *uma vista de respeito*, diz o chronista. O general hespanhol fez allocução às massas, a incutir-lhes coragem no ataque aos Sirzinos. Um efeito doido!»⁵⁹

⁵⁵ Cf. *A Patuleia, Catalogo dos documentos manuscritos que pertenceram a José da Silva Passos*, Porto, Real Biblioteca Pública Municipal, 1909, pp. 547-555, doc. 5.

⁵⁶ Nesta matéria, é imprescindível SILVA, Armando Malheiro da – *Ideologia e Mito no Miguelismo. Subsídios para o estudo da Contra-Revolução no Portugal Oitocentista*, Braga, Universidade do Minho, 1989.

⁵⁷ ABREU, João Gomes de – *D. Santiago Garcia de Mendoza*, in *Figuras Limianas*, Ponte de Lima, 2008, p. 211.

⁵⁸ ABREU, João Gomes de – *D. Santiago Garcia de Mendoza*, in *op. cit.*, p. 212.

⁵⁹ BRANCO, Camilo Castelo – *Maria da Fonte*, p. 159.

Recebido em Braga como enviado de D. Miguel, não teria faltado gente ingénua e crédula que beijasse a mão a D. Santiago, «na hipótese de que fosse o rei disfarçado»⁶⁰. Constava que D. Miguel estava no reino...

Sob novas e diferentes formas, o «Desejado» e «Encoberto» de outrora regressava. Em *A Brasileira de Prazins*, invocando uma história a si alegadamente transmitida por José Joaquim Ferreira de Mello e Andrade, da Casa das Argas, episódio de impostura que o próprio Padre Casimiro lhe teria confirmado, Camilo coloca em ação Cristóvão Bezerra, ex-capitão-mor de Santa Marta de Bouro, à pureza asseverando que D. Miguel estava escondido na residência do abade de S. Gens de Calvos, no concelho de Póvoa de Lanhoso, tão certo «como era certo ter-lhe beijado a régia mão na casa do abade na noite sempre memorável de 16 de Abril de 1845»⁶¹. Um paralelo à ilusão popular de antanho, dos falsos D. Sebastião...

Nestas movimentações terá D. Santiago andado uns meses «correndo a corda do Minho, do Gerês às Terras de Basto, alimentando crises de emulação entre os seus pares no comando dos farroupilhas»⁶², nomeadamente suscitando, enquanto cabo de guerra, fortes reservas à apreciação estratégico-militar do Padre Casimiro, como se vê dos seus *Apontamentos*.

Suscetibilidades, humores e a truculenta veia sarcástica de Camilo, que nunca desperdiçaria uma ocasião como aquela que o antigo caudilho lhe propiciava generosamente, permitem compreender o acinte de ridicularização presente na *Maria da Fonte* do romancista, relativamente a bastas passagens dos escritos do Padre Casimiro. Volta a ser o caso, nomeadamente, quando caustica a megalomania providencialista com que nos *Apontamentos* o sacerdote avaliava a repercussão europeia da revolução do Minho:

«Mas que diferença de exórdios revolucionários entre França e Portugal! Aqui era a Maria da Fonte nas tavernas de Font'arcada a envinagrar a pomponice do mulherigo com borbotões de tolices avinhadas. Em França era Affonso de Lamartine nos facciosos «banquetes da Reforma» a fazer «toasts» com girandolas de figuras sentimentais, excedendo o que há mais detestável nos massadores poeticamente políticos. Não importa. Lamartine recebera da nossa Maria a primitiva corrente eléctrica. A isca de bacalhau e azeitona das bodegas da Pova desdobrara-se nos piparos banquetes de Autun.»⁶³

⁶⁰ BRANCO, Camilo Castelo – *Maria da Fonte*, p. 156.

⁶¹ Cf. BRANCO, Camilo Castelo – *A Brasileira de Prazins*, Porto Chardron, 1882, p. 65.

⁶² ABREU, João Gomes de – *D. Santiago Garcia de Mendoza*, in *op. cit.*, p. 212.

⁶³ BRANCO, Camilo Castelo – *Maria da Fonte*, p. 68.

De forma desastrosamente canhestra, suscitadora (*felix culpa!*) de uma chuva de suculentos nacos de prosa crítica (Camilo termina convidando Casimiro José Vieira ao silêncio, «por honra de Deus»), a verdade é que o sacerdote minhoto, neste particular, tinha pelo menos razão na medida em que situava os brotes revolucionários de Portugal no seu quadro europeu, por referência à Revolução de Fevereiro em França, com a proclamação da Segunda República.

Efetivamente, desde em 1847 aparecera no Porto o *Eco Popular*, que se manteria mais tempo e «cujas simpatias republicanas, no momento da revolução parisiense, não deixavam dúvidas»⁶⁴. Em 25 de abril de 1848, dois meses depois da queda de Luís Filipe em França, aparecia em Lisboa um jornal clandestino chamado *A República* – «Jornal do Povo», com duração efêmera, e desde esse ano, três estudantes de direito que tinham participado na Patuleia (Casal Ribeiro, Custódio José Vieira e Marcelino de Lemos) publicam ou anunciam brochuras de títulos reveladores de ideias de um socialismo utópico. Em 1849 seria criada uma *Liga dos Interesses Industriais* para as classes que viviam do trabalho industrial e, no ano seguinte, uma *Associação dos Operários*, dirigida por um antigo «arsenalista»⁶⁵. Em suma: como consequência ou em repercussão das inquietações e tensões expressas na Revolução de 1848, também no nosso país, sequestrado à revolução – em grande parte pela Convenção do Gramido –, não deixou de se exprimir e expandir, embrionariamente, um pensamento social, socialista ou socializante⁶⁶.

A questão social e a questão do regime tinham entrado na ordem do dia. Conforme recordámos já, muito mais tarde, pós-*Ultimatum*, o republicanismo não se ficaria pelos debates e pela legalidade institucional, e a memória da Patuleia e do Gramido seria então objeto de nova e mais severa reavaliação...

⁶⁴ FRANÇA, José-Augusto – *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 267.

⁶⁵ FRANÇA, José-Augusto – *O Romantismo em Portugal*, ed. cit., pp. 268-269.

⁶⁶ Cf. SÁ, Victor de – *A Crise do Liberalismo*, ed. cit., pp. 266-268.